

5. Considerações finais

Começamos a pesquisa discursando sobre a importância da agricultura na gênese humana, em como o domínio da técnica de domesticação vegetal e animal foram fundamentais para o desenvolvimento das mais diversas sociedades. Entendemos que todo o progresso sempre esteve atrelado à disponibilidade alimentar, vimos que diversas nações nasceram e morreram por conta da oferta de alimentos. Vimos que os esforços para aumentar a produção alimentar sempre fizeram parte das sociedades (frágeis e dependentes), e que tanto a Revolução Industrial, como a Revolução Moderno Tecnológica, dependeram da sua produção e disponibilidade.

Ao longo de minha pesquisa, pude notar que até então, percebia a ciência e a tecnologia como entraves à sustentabilidade em todos seus prismas, acreditando que estas eram direcionadas por um modelo único de desenvolvimento, modelo este que ia contra as particularidades, a diversidade e os conhecimentos locais. Isto acontece sim, porém não é uma regra geral. A ciência por si só necessita da diversidade, ela respira o novo e o novo vem do diverso, daquilo que é diferente. Sendo a ciência uma ferramenta aos anseios humanos, (sempre foi assim ao longo da história), fica claro que a natureza humana é paltada sobre os pilares do diverso, a beleza vem das muitas formas, cores, sabores e texturas. São essas diferenças que desafiam a mente e o intelecto na busca por uma interpretação e entendimento sobre aquilo que se vê e se sente.

A ciência, ferramentas e tecnologia sempre estiveram inseridas nos muitos modelos de desenvolvimento que a espécie humana experimentou ao longo destes 200.000 anos de existência. E estas sempre caminharam lado a lado, como fiéis escudeiras de nossa inexorável condição de fragilidade. Achar que a tecnologia é uma vilã à agricultura e aos agricultores, sejam eles grandes ou familiares, é um retrocesso.

Atualmente qualquer pequeno agricultor sabe que leguminosas fixam o nitrogênio do ar no solo, no que ficou comumente conhecido como adubação verde. É tão comum que muitos podem até suspeitar que esta prática era uma

prática local e tradicional, mas não. Este conhecimento se deu através da ciência e de experimentos, particularmente conduzidos por um químico francês chamado Jean-Baptiste Boussingault (1802-1887).

In 1838 Boussingault became the first researcher to demonstrate that legumes can restore nitrogen to the soil. He showed that clover could be grown in sterilized sand that could not be a source of any nitrogen, and that clover and peas grown without any additions of fertilizer in open pots of sterile sand could do something wheat or oats were not capable of: they actually increased the sand's nitrogen content by the time of the harvest. The only obvious explanation of these puzzling phenomena was that legumes had an ability to fix atmospheric nitrogen directly. (Smil, 2001, p.13)

Muitos outros cientistas contribuíram diretamente para o desenvolvimento da agricultura moderna tais como: Claude-Louis Berthollet (1748-1822) Justus von Liebig (1803–1873), John Bennet Lawes (1814–1900), Joseph Henry Gilbert (1817–1901), Fritz Haber (1868-1934). Estes não pensavam em enriquecer, mas sim em sanar os problemas que à época se impunham (e continuam impondo) sobre a agricultura. Antes de julgar seus feitos é necessário entender que o objetivo destes homens, não era e nunca foi trazer o desequilíbrio ambiental, o envenenamento dos lençóis freáticos, o desflorestamento etc. Era antes de tudo a busca por conforto, por uma melhora ao dia-a-dia de seus próximos. A mesma busca que levou outros grandes cientistas a procurarem modelos alternativos aos propostos por estes nomes acima, ou que combinassem algumas de suas descobertas. É o caso dos fundadores da agricultura alternativa como Rudolf Steiner (1861-1925) Agricultura Biodinâmica, Mokiti Okada (1882-1955) Agricultura Natural, Albert Howard(1873-1947) Agricultura Orgânica, entre muitos outros.

A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em recursos em termos favoráveis, nem se adequaram às suas condições agroecológicas e socioeconômicas. (Altieri, 2004, p.21)

Leff (2000), sugere exatamente o oposto em relação à afirmação levantada por Altieri, sobre as inovações tecnológicas do modelo desenvolvimentista, as

quais não são democratizadas de maneira equânime entre os espaços dominantes e dominados, para isso sugere o seguinte:

A recuperação do saber tradicional e o seu melhoramento através da incorporação de elementos da ciência e da tecnologia modernas; os processos de transformação produtiva e de assimilação de inovações tecnológicas por parte das comunidades, conservando a identidade dos povos, o seu apego à terra, os seus mecanismos de adaptação ecológica, bem como preservando estilos culturais diferentes perante os processos de aculturação induzidos por padrões urbanos e industriais homogeneizantes (Leff, 2000, p.140, 141).

Sendo assim, o ponto a meu ver é, como, e para quais fins se utilizam as técnicas. Se o cuidado com o próximo desaparece, transformando o discurso em meio para se alcançar benefício próprio, é evidente que os resultados serão maléficos, pois perde-se o referencial do outro, do que está fora de seu círculo de interesse e conseqüentemente do próprio meio (ou ambiente) que o outro se encontra. É o caso das grandes indústrias agroquímicas e alimentares, produtoras de toda a sorte de insumos químicos destinados à agricultura e à alimentação. Estas pensam antes de mais nada no lucro, esse pensamento reducionista e egoísta é que é o grande atraso no mundo, e não nas técnicas em si.

Quando pensamos em técnicas e modelos alternativos, devemos pensar em modelos alternativos de produção, de comercialização enfim, todo um “novo” modelo de desenvolvimento, sendo assim, reverter a lógica desenvolvimentista impregnada em toda a sociedade a meu ver não é o caminho, pelo menos não a curto e médio prazo. Entendo sim, que buscar alternativas mais solidárias e eticamente comprometidas com o bem-estar social e ambiental, devem ser o norte de uma nova consciência, alternativas que sejam verdadeiramente representadas pela sua população e que dialoguem com as diferentes escalas de poder e seus espaços multifacetados.

Começamos a pesquisa discursando sobre a importância da agricultura na gênese humana, em como o domínio da técnica de domesticação vegetal e animal foram fundamentais para o desenvolvimento das mais diversas sociedades. Entendemos que todo o progresso sempre esteve atrelado à disponibilidade alimentar, vimos que diversas nações nasceram e morreram por conta da oferta de alimentos. Vimos que os esforços para aumentar a produção alimentar sempre fizeram parte das sociedades (frágeis e dependentes), e que tanto a Revolução

Industrial, como a Revolução Moderna tecnológica, dependeram da sua produção e disponibilidade.

Sendo assim, esse primeiro ensaio se fez necessário para nos mostrar como o atual modelo de desenvolvimento aplicado ao campo e a produção alimentar nasceu. Modelo este, composto de alta tecnologia, insumos químicos, sementes patenteadas e geneticamente modificadas (OGM), ou seja, como a conhecida Revolução Verde surge, seu contexto geopolítico e os reflexos de sua implementação ao redor do mundo.

Observamos que no contexto pós Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, emergiram como potência e que o mesmo, balizado e seguido pelas outras potências Ocidentais, começou a difundir e aplicar tal modelo, como sendo o correto e o ponto final a se alcançar. Vimos também que tal afirmação nunca se concretizou, pelo contrário, gerou uma série de desenvolvimentos geográficos desiguais,

Há consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, dada sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados. Ademais, este modelo tem sido responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças sócio-econômicas no meio rural. (Caporal, 2004, p.15)

A partir desses desenvolvimentos geográficos desiguais, e por conta do intenso choque entre os espaços dominantes e os espaços dominados, entre a heteronomia e a autonomia, eclodiam em ricas, criativas e algumas vezes violentas manifestações.

Los desarrollos geográficos desiguales reflejan diferentes maneras en las cuales los grupos sociales han envuelto materialmente sus modos de sociabilidade dentro de la trama de la vida, entendida como um sistema socioecológico envolvente. El sistema es abierto y dinámico y, claramente, hay ejemplos abundantes de consecuencias inesperadas de acciones sociales. (Harvey, 2006, p.23)

Segundo Lowy (1995), uma das consequências desta amalgama de desenvolvimentos, seria o choque entre diferentes estágios de amadurecimento moderno-tecnológico, criando assim o “privilégio dos retardatários”.

Uma das consequências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar o privilégio dos retardatários: aqueles que chegam mais tarde, os marginais, os periféricos, os “atrasados” do ponto de vista de uma evolução histórica determinada – econômica, social ou cultural – podem tornar-se precisamente a vanguarda da transformação seguinte. (Idem, 1995, P.78)

É exatamente isso que vem acontecendo com o CCFO, ou seja, além de enaltecer as diferenças escalares de poder e influência por conta de desenvolvimentos geográficos desiguais, a este espaço dominado, o espaço rural, é “oferecida” a oportunidade de “experimentar” as maravilhas do atual modelo de desenvolvimento, sem haver, no entanto passado pelo gradual amadurecimento e compreensão dos mecanismos desse sistema. Sendo assim, agricultores depreciados e segregados a periferia da sociedade durante gerações, se veem inseridos dentro de um interessante movimento de transformação, de uma relação-conexão entre campo e cidade. Os agricultores possuem acesso à tecnologia e ao conhecimento, têm contato, ou pelo menos a possibilidade de, com tudo que existe de mais moderno no mundo. Esse mesmo agricultor também faz uso dos mesmos meios econômicos de compra de insumos e venda de mercadorias, ele lida com dinheiro e contas em banco. Mas ele também vive da tradição, da cultura, da relação com a terra, do despertar na aurora para a colheita, do conhecimento passado entre gerações de como plantar, cuidar e colher, ou seja, de toda uma outra espacialidade, com cultura própria e análoga à cultura desenvolvimentista, mas que ao mesmo tempo vive e experimenta dessas desigualdades e de seus reflexos.

Segundo Escobar (2005) e Massey (2004) é a partir do verdadeiro reconhecimento político da diferença, tirando-a da simplória condição de sequência pertencente a um caminho (o modelo de desenvolvimento ocidental) para poder perceber que o outro também possui suas histórias particulares, construídas a partir de referências próprias e locais. Essa percepção nasce justamente no seio da relação entre espaços dominados e espaços dominantes, entre a resistência e a existência.

Dito de outra maneira, a construção de paradigmas alternativos de produção, ordens políticas e sustentabilidades são aspectos de um mesmo processo, e este processo é impulsionado em parte pela política cultural dos movimentos sociais e das comunidades na defesa de seus modos de natureza/cultura. É assim que o projeto de movimentos sociais. (Escobar, 2005, p.157).

Destas manifestações, nascem um interessante agente, um agente que busca sua identidade e seu papel no mundo. É a autonomia individual que começa a se manifestar, querendo de qualquer maneira ocupar seu lugar no espaço. Essa pequena autonomia individual, se une a outras autonomias, formando um poderoso e atuante coletivo que busca suas próprias regras, normas e leis. Essas são as incontáveis micro culturas espalhadas por todo o mundo e que perceberam que para sobreviver precisariam se fazer ver, ouvir e sentir.

O ser humano, ao se conscientizar de si mesmo, se realiza que seu poder de escolha é reduzido (pelo menos dentro de uma heteronomia), uma liberdade permitida e conduzida, onde a autonomia individual se encontra presa e normatizada pelo campo social-histórico, onde o estado, com suas leis, normas e valores oprime qualquer possibilidade de voz sobre a vida individual ou coletiva (Castoriadis, 1986).

Esse é o caso do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), onde um poderoso e interessante coletivo converge sua energia e labor a um novo modelo de vida. Novo porque, por mais que esteja inserido na heteronomia do espaço dominante, ainda sim, consegue se fazer ouvir e consegue se beneficiar dessa atuação. Resiste ao mesmo tempo em que aceita, em um delicado e custoso exercício de se reproduzir enquanto espaço. Novo também para o outro lado, o espaço urbano, ávido e desacreditado da possibilidade de uma alimentação mais saudável e a preços acessíveis, se mantinha refém do sistema alimentar atual, refém de alimentos envenenados e repletos de insumos químicos, hormônios e antibióticos, refém sem boca, pois a quem culpar, ao dono do mercado? Ao dono do entreposto? Daí nasce a mobilização social, ou seja, a sociedade consumidora atuando e criando possibilidades que venham suprir tal demanda. O incrível crescimento do número de feiras ao longo destes 5 anos de apenas 4 em 2010, para 14 em 2015, e sua enorme repercussão social, com inúmeros pedidos de novas feiras aguardando estudo, são um claro exemplo do sucesso deste modelo de comercialização. Um modelo de comercialização direta, e por isso justo, entre consumidor e produtor, esse modelo se aplica a todo um conjunto de exemplos de aplicações dentro do que se entende por desenvolvimento solidário e comércio justo.

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (Singer, 2004, p.7)

A Economia Popular Solidária é uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado ou mesmo em grupos informais. É ainda uma maneira de combater as desigualdades do atual sistema e de construção de outro modo de produzir, consumir e de pensar as relações entre as pessoas.

Segundo Ramos (2013) Economia Social, economia solidária, terceiro setor, economia popular, sócio-economia solidária, cooperativismo e associativismo são os termos mais utilizados para fazer referência às atividades desse circuito econômico que se traduz como “alternativo” ao circuito econômico “oficial”, ou institucional, com vistas à constituição de uma outra economia, mais humana e solidária.

Neste sentido, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas consegue unir tanto os modelos agrícolas alternativos e menos impactantes ao ambiente e aos seus agentes como modelos mais justos no que se refere a comercialização do que é produzido.

Independente do modelo de desenvolvimento que irá nortear a construção de um novo sistema de produção e comercialização alimentar, fato é que o desabrochar de nossa própria postura como agentes gerenciadores de nossas vidas, exercendo uma autonomia político-econômico-ambiental, somada à percepção de uma positiva e sinérgica interdependência com o outro e com todo o ambiente, se configuram, a meu ver, como uma nova lógica desenvolvimentista que aos poucos e de baixo para cima, tal qual uma pequena semente que se transforma em uma grande árvore, vai se enraizando e se fortalecendo em nossa sociedade. De acordo com Leff (2000), essa nova lógica desenvolvimentista ou como o próprio chama “paradigma de produtividade ecotecnológica” não poderia ser imposta de maneira heteronômica e muito menos reguladas e incentivadas pelo mercado.

Em última instância, estes princípios emergem das culturas que habitaram diferentes ecossistemas e são recuperáveis através de uma nova racionalidade produtiva, amálgama do tradicional e do moderno. (Leff, 2000, p.136)

Essa citação, vai muito de encontro à própria noção de diferentes tipos de desenvolvimentos desiguais representados pelas mais diversas sociedades e pela implementação de uma autonomia social, tanto individual, quanto coletiva. “A formulação de um novo paradigma de produção converge para as necessidades dos movimentos sociais emergentes pela reapropriação de suas condições de vida”. (Leff, 2000, p.138)

É exatamente isso que percebemos ao vermos movimentos como o *Slow Food*, a Agroecologia, o AAC, ou o próprio CCFO, movimentos que unem o tradicional ao moderno, os saberes locais, a mais alta tecnologia, movimentos que dialogam entre si, e com outras espacialidades, respeitando suas diferenças e aprendendo com elas, somando e democratizando este conhecimento.

A principal característica destes movimentos é a de terem nascido no berço de um projeto autonomista, “*Y digo bien germen, pues la autonomía, ya sea social o individual, es un proyecto*”. (Castoriadis, 1997, P.11) Neste projeto, o individual e o coletivo se unem em prol de um bem comum.

Que esta autonomía pueda efectivamente alterar el comportamiento del individuo (como *sabemos* que lo puede hacer), quiere decir que éste ha dejado de ser puro producto de su psique, de su historia, y de la institución que lo ha formado. (Idem, 1997, P.12)

É dessa massa de consumidores (rurais e urbanos) insatisfeitos, incomodados e não representados pelo espaço dominante que nasce a indignação com o que se torna conhecido, ou seja, como se calar ao saber que diariamente envenenam nossos alimentos com agrotóxicos, hormônios e antibióticos? O mesmo alimento que damos aos nossos filhos, mães e pais. Será que somos tão reféns e tão desprovidos de autoridade assim, será que o simples fato de estarmos subjulgados as normas e leis de nosso sistema heteronômico nos impede de reclamarmos e modificarmos o que nos aflige? É aí que a parte que dá vida a esses movimentos começa a agir. A partir de um desabrochar político e consequentemente crítico sobre o atual sistema alimentar, esses sujeitos tomam a

regência de suas próprias vidas e conseqüentemente do coletivo ao qual estão inseridas.

Acreditamos ser possível alcançar o desenvolvimento de uma forma ampla, que se construa a partir das expectativas e desejos das coletividades. Para isso a autonomia de que fala Castoriadis se mostra um princípio fundamental, sob o qual possam construir seus próprios desenvolvimentos, incorporando suas culturas, suas idiossincrasias, seu modo de vida. (Rua et al., 2008, p.13)

Ao mesmo tempo em que se alcança o ideal do projeto autônomo, através da percepção, conhecimento e informação sobre os sistemas que regem nossas vidas. Alcança-se a percepção de que um modelo de autonomia coletiva pleno, seria impossível, pois todos nós estamos inseridos dentro de uma lógica heteronômica, lógica essa que não permite a realização de tal possibilidade. Para essa percepção, Castoriadis (1986) diz que a noção de autonomia por parte do ser vivente é sua própria prisão, no sentido de que por mais que sonhe, e idealize, nunca conseguirá realizar tais abstrações fora dos muros dessa pesada, implacável e onipresente heteronomia.

la autonomía de lo viviente es su 'cierre' --un cierre cognoscitivo, informativo y organizador. Este 'cierre' significa que el funcionamiento de lo viviente en sí y su relación mutua con los varios sus y cosas externas se gobierna por reglas y principios, sentidos que son establecidos por el mismo ser viviente pero que, una vez que esto se ha logrado, se dan de una vez y para siempre, y el cambio, cuando quiera que éste ocurra, se supone que es al azar. Pero esto es exactamente lo que podría llamarse --y yo llamo-- heteronomía en el campo de lo social histórico: el Estado, en el que las leyes, los principios, las normas, los valores, los sentidos, son establecidos de una manera definitiva, y en el que la sociedad, o el individuo, según el caso, no tiene ninguna influencia sobre ellos. (Idem, 1986, P.12)

Analisando os processos existentes dentro do CCFO, sua relação com as diversas escalas de poder e espaços de representação, retorno à pergunta inicial de minha pesquisa: a produção orgânica, aliada à agricultura familiar e aos circuitos curtos de comercialização, poderia se configurar como uma alternativa real à cadeia de produção e distribuição alimentar moderna? Mas por quê mudar?

Percebemos que essa microrealidade do CCFO consegue unir tanto vontades autênticas e representativas da sociedade seja do meio rural quanto do meio urbano e ainda sim responder de forma ativa e atuante no processo heteronômico experimentado em seu cotidiano. Essa realidade vai muito de

encontro a Brandão (2003) quando o mesmo sugere que esse processo de “emancipação” da sociedade, não se perca apenas no local-regional, mas que consiga dialogar e se fazer ouvir frente a este grandioso e perturbador mundo globalizado.

Percebo que o CCFO, não só representa um novo estímulo à busca por um outro paradigma alimentar (baseado em princípios autônomos, locais, éticos, socialmente e ambientalmente justos), como um norte de políticas a serem seguidas por outros estados e nações. Um exemplo bem realizado de um movimento social que conseguiu ser absorvido e representado pelo processo heteronômico sem perder sua essência e seu propósito inicial. O de fornecer alimentos sem venenos (agrotóxicos, adubos químicos, antibióticos, hormônios etc.) a preço justo, sem distinção de classe e principalmente o de garantir a existência e a reprodução enquanto espaço de todo esse conhecimento local-regional único e de imensurável valor que é o próprio meio rural, sua paisagem e seus habitantes.

Termino essa dissertação com um profundo sentimento de realização, mas também de pesar. Realização por ter podido abordar tema de tamanha importância, complexidade analítica, e pertinência social e por saber que de certa maneira estou contribuindo para uma causa que eu verdadeiramente acredito e almejo. Ao mesmo tempo sinto um pesar, pois sei que a jornada é longa, árdua e cheia de obstáculos, sei que o caminho para uma sociedade mais justa e equânime para nossos principais mantenedores (os agricultores) ainda possui um distante horizonte, e sei que ainda falta muito teor político, crítico e consciente na maior parte da população que consome este modelo atual. De qualquer maneira, busco nesta dissertação uma provocação ao nosso cotidiano, pois através da provocação incentivamos o incomodo e a partir desse, começamos a nos mover para além da inercia social a qual muitas vezes nos encontramos e nos cumpliciamos frente à sua apatia e passividade social-coletiva. Pois somente pela ação, pela nossa ação, autêntica e verdadeiramente representada é que podemos mudar.